



Amato jura que sua empresa não foi beneficiada

Apoio da Fiesp a 5 anos rendeu muitos favores

ROBERTO CUSTÓDIO
Da Sucursal

São Paulo — A Fiesp sofreu uma recaída e voltou a adotar posições fisiológicas, como nos tempos da ditadura militar, ao liderar uma articulação empresarial em favor do regime presidencialista e cinco anos de mandato para Sarney, recebendo como compensação a liberação de verbas para construção de casas populares em todo o Estado, projetos de escolas em cada bairro de São Paulo, o repasse do Serviço Nacional de Aprimoramento de Mão-de-Obra Rural, e ainda a possibilidade de assumir a direção — com recursos — das santas casas de vários municípios paulistas.

A acusação parte se setores da própria indústria inconformados com a postura do atual presidente da Fiesp, Mário Amato.

Menos de um mês depois de afirmar que os sindicatos patronais deviam ficar fora da política, Amato patrocinou um movimento empresarial que desaguou no apoio ao presidente José Sarney e no regime presidencialista. "É só interesse imediato, o de fisiologia,

sultar numa crise institucional, obrigando uma intervenção militar.

IDAS E VINDAS

O discurso de Prisco naquele dia teve endereço certo: os presidentes da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo Rocha Azevedo (que chegou atrasado ao encontro) e da Associação Comercial de São Paulo, Romeu Trussardi, ligado ao deputado Guilherme Afif Domingos (PL), defensores até então do mandato de quatro anos para Sarney. Trussardi acabou convencido um dia depois, em reunião do fórum informal na sua casa, quando ficou acertado o apoio ao regime presidencialista e contra eleições em 88.

Azevedo manteve-se relutante e só assinou o documento final sob ameaça de ser expulso do fórum. Curiosamente, Azevedo agora defende cinco anos para Sarney, sob o argumento de que aprovados cinco anos para os futuros presidentes seria "perseguição" não se adotar o mesmo prazo para o atual Presidente.

Para os empresários que acusam Amato de fisiologia, não há novidades nas

porque as notícias de verbas se referem ao plano emergencial proposto por ele e que os demais setores empresariais, assumem sem contestação", disseram dois empresários ligados à oposição que se mantém subterrânea na Fiesp. Esses "oposicionistas" não se identificam porque compõem diretorias da entidade. E temem represálias.

Os empresários indicam a data exata da última mudança nas atitudes do presidente da Fiesp: dia 14 de março, dia em que o ministro Prisco Viana, da Habitação e Desenvolvimento Urbano, e um dos principais articuladores políticos do Governo, participou de uma reunião de 15 minutos na entidade com oito representantes do fórum informal de empresários e depois almoçou com outros 200 dirigentes de sindicatos patronais.

Segundo um dos participantes do fórum, foram 15 minutos "dramáticos". Prisco Viana conseguiu convencer a maior parte dos seus interlocutores — entre os quais o próprio Amato — da necessidade de um apoio ao presidencialismo que vinculou a uma estabilidade econômica e política futuras. Prisco alertou também aos empresários sobre a conveniência de se atentar ao que estava sendo aprovado pela Constituinte — como o mandato de injunção, um instrumento jurídico que utilizado por um sindicato ou associação de classe pode paralisar a atividade econômica —, defendendo uma postura mais atuante do setor junto aos parlamentares.

Por último advertiu a todos que a aprovação de um sistema parlamentarista de governo e o mandato de quatro anos para o presidente Sarney poderiam re-

constantes mudanças do presidente da Fiesp. "Ele vive fazendo isso e é só acompanhar os noticiários dos jornais e dos boletins emitidos pela própria Fiesp", diz um deles vindo nessas idas e vindas de Amato razões para ele justificar a falta de consultas às bases industriais.

Na própria indústria e na Fiesp a posição a favor dos cinco anos de mandato para o presidente Sarney não é consenso. Ao contrário, a maioria sempre defendeu eleições o mais rápido possível — caso dos vice-presidentes da federação, Carlos Eduardo Moreira Ferreira e Nildo Masini. Se fosse feita uma simples consulta na diretoria executiva da Fiesp o resultado apontaria quatro anos para Sarney", arriscou o empresário.

O presidente da Fiesp, por sua vez, passou as duas últimas semanas se defendendo das críticas. "Ninguém me cobrou nada", disse ele, ao final da reunião plenária da entidade, na segunda-feira, da qual participaram alguns dos que se colocam contrários à posição da Fiesp nas discussões sobre mandato e sistema de Governo. Amato negou também interesses pessoais ao defender o Governo numa ocasião em que o ministro da Habitação estava repassando verbas para construção de casas. E jurou de pés juntos que sua empresa não foi beneficiada com a liberação de cotas de importação da Zona Franca de Manaus.

Apurou-se porém que para o chamado público interno ele tentou explicar a situação, dizendo ter sempre mantido uma postura crítica em relação ao Governo Sarney, mas não podia deixar de apoiá-lo depois dos argumentos apresentados pelo ministro Prisco Viana.

ANC X